



## GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SAEB

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA – PC/BA

CONCURSO PÚBLICO

### 002. PROVA OBJETIVA

#### ESCRIVÃO DE POLÍCIA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 100 questões objetivas, e o caderno de prova discursiva.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta esferográfica de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e discursiva é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição dos textos definitivos.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova, entregando ao fiscal o caderno de prova discursiva, a folha de respostas, este caderno e o rascunho do gabarito.
- ◆ Após transcorridas 4 horas e 30 minutos do início da prova ou ao seu final, você entregará ao fiscal o caderno de prova discursiva, a folha de respostas e este caderno, e poderá, neste caso, levar o rascunho do gabarito localizado em sua carteira.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **05**.

#### *Contos para Charles Darwin*

De uns dez anos para cá, Rodrigo Lacerda não tira Charles Darwin (1809-1882) da cabeça. Autor de livros elogiados como *O Fazedor de Velhos*, de 2008, com o qual venceu o prêmio Jabuti de melhor livro infantil, entre outros, o escritor tem refletido, por exemplo, sobre a ação no nosso cérebro dos neurotransmissores, dos quais não temos nenhum controle. Com uma injeção de dopamina nos sentimos bem e felizes. Já uma descarga de adrenalina nos deixa alertas e ativos. E por aí vai.

O fato de preferirmos pagar uma quantia quebrada, como R\$ 5,99 em vez de R\$ 6,00, é mais um ponto de partida para suas reflexões darwinianas. Assim como a desenfreada reprodução humana, irracional se observada a quantidade de habitantes no planeta e os recursos naturais disponíveis. “A humanidade parece ter se esquecido dos diversos imperativos biológicos que incidem sobre nosso comportamento e que talvez sejam incontornáveis”, diz o escritor.

Essa reflexão toda deu origem a *Reserva Natural* (Companhia das Letras, 183 páginas). Dividido em duas partes, Território e Fauna, o livro reúne dez contos. Todos sugerem que só a teoria da evolução pode explicar determinados fatos científicos e certas idiosincrasias humanas.

Como abrir mão dela para compreender a coincidência de sermos, assim como os ratos, hospedeiros intermediários do vírus da toxoplasmose, como se aprende em “Metástase”, o último conto do livro? O vírus torna os roedores incapazes de sentir o cheiro da urina dos gatos, os verdadeiros alvos do organismo infeccioso. Contaminados por ele, sustentam alguns pesquisadores, os humanos se mostram mais inconsequentes, exaltados e indiferentes ao risco. A hipótese para explicar a coincidência, já que não somos presas de gatos, o que justificaria a ação do vírus no nosso organismo, é a seguinte: ele teria sobrevivido desde a pré-história, quando nossos antepassados eram devorados por tigres dentes-de-sabre e outros antepassados dos inofensivos bichanos de hoje em dia. O conto que dá título ao livro foi publicado originalmente numa edição da revista inglesa *Granta*, em 2010.

(Daniel Salles. [www.valor.com.br](http://www.valor.com.br). 23.02.2018. Adaptado)

- 01.** Um dos objetivos centrais do texto é
- (A) analisar o estilo de Rodrigo Lacerda, chamando a atenção para o didatismo e o rigor científico de seus artigos acadêmicos.
  - (B) criticar a ficção de Rodrigo Lacerda, apontando o excesso de cientificismo como uma fragilidade de seu livro mais recente.
  - (C) cotejar os escritos de Rodrigo Lacerda, indicando uma gradativa especialização em estudos sobre enfermidades do cérebro.
  - (D) recomendar a obra de Rodrigo Lacerda, destacando como traço singular a reflexão inspirada nas ideias de Charles Darwin.
  - (E) sintetizar o conteúdo dos livros de Rodrigo Lacerda, esclarecendo que seu público-alvo é composto de cientistas naturalistas.
- 02.** Uma frase condizente com o que se afirma no primeiro parágrafo e escrita em conformidade com a norma-padrão da língua é:
- (A) Fazem aproximadamente dez anos que Rodrigo Lacerda tem dedicado-se a refletir, com acentuada obstinação, a respeito das teorias de Charles Darwin (1809-1882).
  - (B) Rodrigo Lacerda, cujo livro *O Fazedor de Velhos* foi laureado com o prêmio Jabuti, tem demonstrado interesse pela ação dos neurotransmissores no nosso cérebro.
  - (C) À ação dos neurotransmissores, em nosso cérebro não temos qualquer controle, o que tem sido objeto de estudo do escritor Rodrigo Lacerda, no livro *O Fazedor de Velhos*.
  - (D) Nos sentimos bem e felizes diante de uma injeção de dopamina. Uma descarga de adrenalina faz com que ficamos alertas à qualquer situação. E assim em diante.
  - (E) O livro *O Fazedor de Velhos* levou Rodrigo Lacerda à receber o prêmio Jabuti, bem como outros livros do autor, que vêm sendo elogiados pela crítica.
- 03.** “Todos sugerem que só a teoria da evolução pode explicar determinados fatos científicos e certas **idiosincrasias humanas**.” (3º parágrafo)
- A expressão em destaque pode ser substituída sem que se altere significativamente o sentido da frase por:
- (A) deformidades do cérebro dos humanos.
  - (B) atitudes tidas como impróprias do ser humano.
  - (C) particularidades do comportamento humano.
  - (D) características que o homem perdeu com o tempo.
  - (E) marcas que igualam os homens e os demais seres vivos.

04. Assinale a alternativa que apresenta uma análise adequada do que está destacado na passagem do texto.

- (A) “Com uma injeção de dopamina nos sentimos bem e felizes. **Já** uma descarga de adrenalina nos deixa alertas e ativos.” (1º parágrafo) – o vocábulo **Já** introduz uma ideia que contradiz a afirmação anterior.
- (B) “Assim como a desenfreada reprodução humana, irracional **se** observada a quantidade de habitantes no planeta e os recursos naturais disponíveis.” (2º parágrafo) – o vocábulo **se** introduz uma afirmação com valor causal, que é antecedida por uma consequência.
- (C) “**Como** abrir mão dela para compreender a coincidência de sermos, assim **como** os ratos, hospedeiros intermediários do vírus da toxoplasmose, **como** se aprende em *Metástase*, o último conto do livro?” (4º parágrafo) – o vocábulo **como** exprime ideia de comparação nas três ocorrências.
- (D) “A hipótese para explicar a coincidência, **já que** não somos presas de gatos, o que justificaria a ação do vírus no nosso organismo, é a seguinte [...]” (4º parágrafo) – a expressão **já que** estabelece relação de concessão, equivalendo a *conquanto*.
- (E) “[...] ele teria sobrevivido desde a pré-história, **quando** nossos antepassados eram devorados por tigres dentes-de-sabre e outros antepassados dos inofensivos bichanos de hoje em dia.” (4º parágrafo) – o vocábulo **quando** retoma uma palavra do texto, tomando-a como um marco temporal.

05. Assinale a alternativa que apresenta uma reescrita em conformidade com as regras de pontuação da norma-padrão, sem alteração de sentido, para o seguinte trecho do terceiro parágrafo:

“Dividido em duas partes, Território e Fauna, o livro reúne dez contos.”

- (A) O livro, dividido em duas partes – Território e Fauna –, reúne dez contos.
- (B) Reúne dez contos o livro; Território e Fauna, dividido em duas partes.
- (C) Dividido em duas partes o livro, reúne dez contos: Território e Fauna.
- (D) Dez contos, reúne o livro (Território e Fauna) dividido em duas partes.
- (E) Em duas partes dividido, o livro, Território e Fauna, reúne dez contos.

06. A frase adequada a um texto oficial e escrita conforme a norma-padrão da língua está em:

- (A) É importante que Sua Senhoria esteja informada que esta Secretaria não envia *e-mails* afim de solicitar a atualização de dados cadastrais. Caso Sua Senhoria receba alguma mensagem com esse teor, não acesse nenhum *link* e apague o *e-mail* de sua caixa postal.
- (B) Gostaríamos de lhe informar que esta Secretaria não envia *e-mails* solicitando que se atualize dados cadastrais. Caso Sua Senhoria receber alguma mensagem com esse teor, não acesse nenhum *link* e apague o *e-mail* de sua caixa postal.
- (C) Informamos que esta Secretaria não envia *e-mails* para solicitar atualização de dados cadastrais. Caso Vossa Senhoria receba alguma mensagem com esse teor, não acesse nenhum *link* e apague o *e-mail* de sua caixa postal.
- (D) Convém informar de que esta Secretaria não envia *e-mails* visando solicitar de que sejam atualizados dados cadastrais. Caso Vossa Senhoria venha a receber alguma mensagem com esse teor, não acesse nenhum *link* e apague o *e-mail* de vossa caixa postal.
- (E) Vimos informar de que esta Secretaria não envia *e-mails* solicitando para atualizardes dados cadastrais. Caso Vossa Senhoria recebas alguma mensagem com esse teor, não acesse nenhum *link* e apague o *e-mail* de vossa caixa postal.

#### INFORMÁTICA

07. As versões modernas do sistema operacional Windows, como a versão 10, aparentam ao seu usuário que várias tarefas são executadas ao mesmo tempo. Essa característica é conhecida como

- (A) monotarefa preemptiva.
- (B) monotarefa sem preempção.
- (C) multitarefa preemptiva.
- (D) multitarefa sem preempção.
- (E) *time-sharing* sem preempção.

08. Uma das grandes diferenças entre os sistemas operacionais Windows e Linux é a forma como são definidas as permissões de arquivos e pastas. Por exemplo, no Linux, caso o proprietário do arquivo meu\_arquivo.txt queira tornar esse arquivo editável apenas por ele, deve-se configurar a permissão para

- (A) -rw-----
- (B) d--x--x--r
- (C) ---x--x--r
- (D) r--w-----
- (E) ----r--r--

09. A seguinte planilha foi editada por um usuário no Microsoft Office Excel (versão 2013 ou 2016, em sua configuração padrão e versão em português).

	A	B	C	D	E
1	1	2	2	5	
2	2	7	8	6	
3	3	6	4	7	
4	4	3	9	8	
5	5	6	6	9	
6					
7					
8					

Suponha que as seguintes fórmulas sejam digitadas nas células **E6** e **E7**:

**E6:** =MÁXIMO(A1:A5)

**E7:** =MÍNIMO(D1:D5)

Considere, ainda, que a fórmula a seguir seja editada na célula **E8**:

=SE(E6<>E7;MAIOR(A1:C3;3);MENOR(A4:D5;2))

O resultado produzido em **E8** será:

- (A) 3
- (B) 4
- (C) 5
- (D) 6
- (E) 7

10. No sítio de busca e pesquisa na Internet do Google, a sequência a ser digitada para pesquisar a palavra relógio, mas excluir dessa pesquisa a palavra pulso, é

- (A) relógio \$pulso
- (B) relógio \*pulso\*
- (C) relógio (pulso)
- (D) relógio @pulso
- (E) relógio -pulso

11. Considere verdadeiras as afirmações I e II e falsa a afirmação III a seguir.

- I. Se Marcos é inocente, então Camila é culpada.
- II. Se Orlando é culpado, então Bárbara é inocente.
- III. Camila não é culpada ou Bárbara é inocente.

A alternativa que contém uma afirmação necessariamente verdadeira, com base nas afirmações apresentadas, é:

- (A) Marcos é inocente.
- (B) Orlando não é culpado.
- (C) Marcos não é inocente e Orlando é culpado.
- (D) Marcos é inocente e Orlando não é culpado.
- (E) Marcos é inocente ou Orlando é culpado.

12. Paula leu os livros A e B, mas não leu o livro C. Sérgio leu os livros A e C, mas não o B. Antonio e Roberto não leram o livro A, mas leram os livros B e C. Somente Wilza leu os três livros. Se, em um grupo de leitores dos quais participam todos os citados, apenas existem os que leram os livros A, B ou C, sendo 12, 10 e 8 leitores, respectivamente, e somente os citados leram mais de um livro, então é correto afirmar que o número de pessoas nesse grupo é

- (A) 20.
- (B) 21.
- (C) 22.
- (D) 23.
- (E) 24.

13. Considere verdadeira a afirmação “se André é trabalhador, então Joana é estudante” e falsa a afirmação “André é trabalhador e Joana é estudante”.

Nessas condições, é correto afirmar que, necessariamente,

- (A) André não é trabalhador.
- (B) André é trabalhador.
- (C) André e Joana são estudantes.
- (D) André e Joana não são estudantes.
- (E) Joana é estudante.

14. O pleno do Congresso do Peru rejeitou, nessa quinta-feira (21.12.17), o pedido de *impeachment* apresentado pela oposição contra o presidente Pedro Pablo Kuczynski.

Após uma sessão que durou mais de 13 horas, o pedido de cassação teve 79 votos a favor. Para ser aprovado, a lei estabelece que ele precisava do apoio mínimo de 87 dos 130 legisladores.

(EBC, 22.12.2017. Disponível em <<https://goo.gl/3P2fWg>>. Acesso em: 25.02.2018. Adaptado)

Esse processo de *impeachment* do presidente esteve relacionado

- (A) a denúncias de abuso na repressão a seus opositores, principalmente os fujimoristas.
- (B) à manipulação do resultado do plebiscito que aprovou sua reeleição e limites ao Congresso.
- (C) a vínculos de sua empresa com a construtora brasileira Odebrecht, da qual recebeu pagamentos.
- (D) a possível desrespeito à Constituição, quando ele convocou uma nova Assembleia Geral.
- (E) a suspeitas de conivência com narcotraficantes que agem na fronteira com a Colômbia.

15. Entra em vigor neste sábado (11.11.17) a reforma trabalhista, aprovada em julho de 2017. Ao todo, foram alterados mais de 100 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e criadas duas modalidades de contratação.

(Terra, 11.11.2017. Disponível em <<https://goo.gl/4Lphx7>>. Acesso em: 25.02.2018. Adaptado)

Foram mudanças aprovadas nessa reforma:

- (A) o trabalho intermitente no serviço público e a equiparação dos salários de homens e mulheres, sendo este resultado de ações afirmativas do Ministério dos Direitos Humanos.
- (B) o trabalho à distância e o fim da obrigatoriedade do imposto sindical, sendo este o principal tema de ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.
- (C) a demissão por acordo entre as partes sem o pagamento de fundo de garantia e a exigência de sindicalização, sendo esta uma vitória da Central Única dos Trabalhadores.
- (D) o *home office* com isenção total de imposto de renda e o fracionamento das férias em até quatro períodos, sendo este a mais veemente crítica atual das centrais sindicais.
- (E) a contratação por jornada sem encargos sociais e a proibição de terceirização nas atividades-fim, sendo esta um meio eficiente de contenção de despesas públicas.

16. Em relação ao Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), assinale a alternativa correta.

- (A) O critério adotado pelo Estatuto da Igualdade Racial para definir população negra é o da autodeclaração.
- (B) Assegura a assistência religiosa aos praticantes de religiões de matizes africanas internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva, excepcionando àqueles submetidos à pena privativa de liberdade.
- (C) Garante aos remanescentes das comunidades dos quilombos, que estejam ocupando suas terras, o direito à desocupação indenizada.
- (D) Obriga o ensino de capoeira nas instituições públicas e faculta nas instituições privadas.
- (E) Garante, na produção de filmes e programas destinados à veiculação pelas emissoras de televisão e salas cinematográficas, a contratação de atores, figurantes e técnicos negros, em, pelo menos, 10% (dez por cento).

17. Considerando a Constituição Federal (art. 1º, 3º, 4º e 5º), bem como a Constituição do Estado da Bahia (Cap. XXIII), é correto afirmar que

- (A) é fundamento da República Federativa do Brasil a promoção do bem social de todos, sem preconceitos de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (B) o Estado da Bahia, de acordo com a Constituição Estadual, não permite intercâmbio, cultural ou desportivo, através de delegações oficiais, com países que mantenham política oficial de discriminação racial.
- (C) o Estado da Bahia, por intermédio da Constituição Estadual, em publicidade pública estadual ou privada, em que haja mais de uma pessoa, assegura a inclusão de uma da raça negra.
- (D) a Constituição da República prevê como insuscetível de graça e anistia a prática de racismo.
- (E) o Estado da Bahia, por intermédio da Constituição Estadual, assegura o percentual de 10% (dez por cento) de ingresso de candidatos da raça negra nos processos seletivos de instituições de ensino estadual.

18. A Lei nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes do preconceito de raça e cor, alterada pela Lei nº 9.459/1997 prevê
- (A) como crime a conduta de negar ou obstar emprego em empresa privada, em razão de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.
  - (B) como causa de aumento de pena se quaisquer dos crimes nela definidos forem praticados por intermédio de meios de comunicação social.
  - (C) que os crimes nela definidos podem ser praticados na modalidade culposa.
  - (D) como efeito automático da condenação a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular, onde se praticaram quaisquer dos crimes nela definidos, pelo prazo máximo de 3 (três) meses.
  - (E) a todos os crimes nela definidos a pena de prestação de serviços à comunidade consistente em promover atividades de promoção da igualdade racial.

#### MEDICINA LEGAL

19. Imputabilidade é a condição de quem é capaz de realizar um ato com pleno discernimento, sendo um fato subjetivo, psíquico e abstrato. Ao cometer um delito, o indivíduo transforma essa capacidade em um fato concreto, o que se denomina de imputação. Com relação ao aspecto médico-legal do tema, é correto afirmar que
- (A) o surdo e o mudo congênitos ficam parcialmente limitados de perceber o mundo de relação, o que afeta a normalidade sensorial e os meios de reação de defesa, e, por isso, são considerados inimputáveis.
  - (B) a cleptomania é definida pela falta de controle no ato de furtar que, em geral, tem como alvo objetos insignificantes e de pouco valor. Todavia, a condição é caracterizada por uma falha na capacidade de controlar sua impulsividade, o que justifica a sua inimputabilidade.
  - (C) a esquizofrenia pode levar a uma variedade de delitos, exóticos e racionalmente incompreensíveis, que são considerados inimputáveis. Os mais graves são decorrentes da forma catatônica, sobretudo na fase controlada da doença.
  - (D) o Código Penal em vigor não exclui a responsabilidade por delito cometido sob o domínio da paixão ou da violenta emoção, quando há injusta provocação da vítima, mas dá caráter atenuante ao delito.
  - (E) os menores de 16 anos são penalmente inimputáveis, embora a inimputabilidade seja parcial para os menores de 18 anos, já que podem sofrer punições, como prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e internação em estabelecimento educacional por até 3 anos.

20. Assinale a alternativa que contém um achado sugestivo de fenômeno abiótico consecutivo ou mediato pós-morte, bem como a sua correta explicação.
- (A) Contratura ou exagero do tônus muscular, causado pela falta de glicose e nutrientes, levando à progressiva acidificação intracelular e destruição mitocondrial.
  - (B) Diminuição e perda da tensão do globo ocular, que se mostra mole e depressível devido à transudação e à evaporação.
  - (C) Livores de hipóstase de tonalidade violácea encontradas na parte de declive dos cadáveres, causados pela formação do hidrogênio sulfurado combinado com a hemoglobina.
  - (D) Processo de lesão celular causado pelas próprias enzimas citoplasmáticas que levam à destruição do corpo humano logo após a morte, sem nenhuma interferência bacteriana.
  - (E) Relaxamento muscular com dilatação pupilar, abertura das pálpebras, relaxamento do esfíncter anal e presença de esperma no canal uretral.

#### NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

21. Uma das principais características, dentre outras, da chamada “nova gestão pública”, que começou a ser instalada no Brasil ainda no final do século XX, em 1995, pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, é
- (A) o funcionalismo.
  - (B) a desburocratização.
  - (C) o humanismo.
  - (D) a austeridade.
  - (E) o formalismo.
22. Os hábitos e as crenças de uma organização, que foram estabelecidos por meio de normas, valores, atitudes e expectativas, constituem o que se denomina \_\_\_\_\_ Organizacional.
- Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto.
- (A) Diretriz
  - (B) Clima
  - (C) Prática
  - (D) Estrutura
  - (E) Cultura

- 23.** Olhar as pessoas na organização como parceiros, e não como recursos, é vê-las como
- (A) sujeitos que necessitam ser administrados.
  - (B) possuidoras de habilidades técnicas.
  - (C) vinculadas à missão e à visão organizacional.
  - (D) sujeitos passivos da ação organizacional.
  - (E) seguidoras de regras e normas.
- 24.** A segunda etapa na “rodagem” do ciclo PDCA refere-se
- (A) à execução do plano de ação previamente estabelecido.
  - (B) ao estabelecimento do plano de ação com base nas diretrizes organizacionais.
  - (C) à correção das falhas encontradas durante o processo de planejamento.
  - (D) à identificação das diferenças entre o que foi planejado e o executado.
  - (E) ao estabelecimento das metodologias a serem seguidas.
- 25.** No modelo “gestão pela qualidade” uma das ferramentas de início para sua implantação é a que envolve limpeza, organização, preparação e sistematização do ambiente para a qualidade. O nome correto dessa ferramenta é
- (A) seiri.
  - (B) diagrama de Ishikawa.
  - (C) seiton.
  - (D) 5S.
  - (E) kaizen.
- 26.** Um dos pressupostos do Modelo de Excelência em Gestão Pública é o de gerenciar considerando as múltiplas relações de interdependência entre as unidades internas de uma organização e entre a organização e outras organizações de seu ambiente externo. Esse pressuposto é representado
- (A) pela Orientação por Processos.
  - (B) pela Liderança Transformacional.
  - (C) pelo Pensamento Sistêmico.
  - (D) pela Aprendizagem Organizacional.
  - (E) pela Cultura da Inovação.
- 27.** Um Escrivão de Polícia, ao colher o depoimento de um investigado, foi brutalmente agredido por ele, sofrendo vários danos físicos e psicológicos que o obrigaram a afastar-se do serviço. De acordo com o Estatuto do Servidor Público Civil do Estado da Bahia, esse escrivão
- (A) será licenciado, com remuneração proporcional ao tempo que ficar afastado do serviço.
  - (B) por necessitar de tratamento especializado, recomendado por junta médica oficial e não oferecido em instituições públicas, poderá ser atendido por instituição privada, à conta dos recursos do Tesouro.
  - (C) por necessitar de tratamento especializado, recomendado por junta médica oficial poderá optar pelo atendimento médico público ou privado, à conta dos recursos do Tesouro.
  - (D) terá considerada a gravação ou complicação da lesão que, resultante de outra origem, se associe ou se superponha às consequências da lesão anterior sofrida em serviço.
  - (E) não será considerado o dano mental sofrido, pois este não se relaciona, mediata ou imediatamente, com as atribuições do seu cargo.
- 28.** De acordo com a Lei Estadual nº 6.677/94, no que diz respeito à acumulação de cargos, assinale a alternativa correta.
- (A) A proibição de acumular cargos e funções é vedada ao funcionário público e permitida aos empregados das sociedades de economia mista da União.
  - (B) A compatibilidade de horários consiste na conciliação entre horários de trabalho correspondentes a mais de um vínculo funcional, sem considerar os intervalos indispensáveis à locomoção, às refeições e ao repouso.
  - (C) A denominação atribuída ao cargo é suficiente para caracterizá-lo como técnico ou científico.
  - (D) A simples qualificação pessoal do servidor, desde que não diretamente relacionada à natureza do cargo, função ou emprego efetivamente exercido, será considerada para fins de acumulação.
  - (E) O servidor em regime de acumulação, quando investido em cargo de provimento temporário, ficará afastado de um dos cargos efetivos, se houver compatibilidade de horários.

29. Nos termos da Lei Estadual nº 11.370/2009, é uma atribuição privativa do cargo de Escrivão da Polícia Civil, dentre outras,

- (A) emitir guia de recolhimento, quando legalmente autorizado e determinado por autoridade policial.
- (B) participar de estudos, projetos e pesquisas de natureza técnica ou especializada sobre ciências criminais e inteligência policial.
- (C) solicitar, fundamentadamente, informações e documentos a entidades públicas e privadas.
- (D) zelar pela incolumidade dos presos.
- (E) alimentar e pesquisar, nos arquivos físicos e eletrônicos, dados sobre a identidade de pessoas.

30. De acordo com o que prescreve a Lei Estadual nº 12.209/2011, dos vários processos administrativos especiais, aquele destinado à imposição de penalidade, em face da prática de infração administrativa, com observância das garantias da ampla defesa e do contraditório, nas hipóteses não disciplinadas em legislação específica, denomina-se processo

- (A) de justificação.
- (B) de invalidação de contratos administrativos.
- (C) sancionatório.
- (D) de reparação de danos causados a terceiros.
- (E) de invalidação de atos administrativos.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### NOÇÕES DE DIREITO PENAL

31. A respeito de contagem de prazo no Direito Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O dia do começo não se inclui no cômputo do prazo.
- (B) As frações de dia são desconsideradas nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos.
- (C) Contam-se os meses e os anos pelo calendário gregoriano, cujos meses são de trinta dias e os anos são de trezentos e sessenta dias.
- (D) O cômputo do prazo é suspenso em feriados nacionais e religiosos.
- (E) O dia do término inclui-se no cômputo do prazo, sendo prorrogável até à meia-noite do dia útil subsequente.

32. Dentro do tema do crime consumado e tentado, é correto afirmar que

- (A) os crimes unissubsistentes admitem tentativa.
- (B) os crimes omissivos impróprios consumam-se com a ação ou omissão prevista e punida na norma penal incriminadora.
- (C) só haverá consumação do crime quando ocorre resultado naturalístico ou material.
- (D) há tentativa cruenta quando o objeto material não é atingido, ou seja, o bem jurídico não é lesionado.
- (E) não admitem tentativa os crimes de atentado ou de empreendimento.

33. O agente, movido pelo desejo de vingança, decidiu amarrar quatro pessoas no interior de um automóvel, para depois atear fogo no veículo, o que resultou na morte de todas as vítimas.

A hipótese narrada é denominada

- (A) concurso material homogêneo.
- (B) concurso formal próprio.
- (C) concurso material heterogêneo.
- (D) concurso formal impróprio.
- (E) crime continuado.

- 34.** A respeito da imputabilidade penal, é correto afirmar que tal instituto
- (A) figura como um dos elementos da culpabilidade.
  - (B) cuida da capacidade física do agente de praticar o ilícito.
  - (C) figura como um dos requisitos da punibilidade.
  - (D) não exclui da aplicação da lei penal fato praticado durante a embriaguez involuntária completa, proveniente de caso fortuito ou força maior.
  - (E) não exclui a menoridade (criança e adolescente) da aplicação da lei penal.
- 35.** É requisito para a configuração do concurso de pessoas
- (A) uma única conduta.
  - (B) a irrelevância causal das condutas.
  - (C) a identidade de crime para todos os envolvidos.
  - (D) a autoria incerta.
  - (E) o prévio ajuste entre os agentes.
- 36.** Quanto à temática dos crimes contra a pessoa, é correto afirmar que
- (A) todo homicídio contra a mulher passou a ser denominado feminicídio, em virtude de alteração do Código Penal promovida pela Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.
  - (B) o homicídio será qualificado, quando praticado contra algum parente de até o quarto grau do policial militar, em razão de seu parentesco com a mencionada autoridade de polícia ostensiva.
  - (C) a pena do feminicídio é aumentada, se o crime for praticado contra pessoa menor de 18 (dezoito) anos, maior de 65 (sessenta e cinco) anos ou com deficiência.
  - (D) não tipifica o crime de tráfico de pessoas a conduta de acolher alguém, mediante fraude, com a finalidade de remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo.
  - (E) a conduta de alojar alguém, mediante abuso, com a finalidade de adoção ilegal, configura o crime de tráfico de pessoas.
- 37.** A respeito de crimes contra o patrimônio, é correto afirmar que
- (A) dano simples praticado pelo agente contra seu tio, com quem não coabita, este com cinquenta e um anos de idade, somente se procederá mediante representação.
  - (B) apropriação indébita praticado pelo agente contra seu cônjuge, este com cinquenta e nove anos de idade, separado judicialmente, somente se procederá mediante representação.
  - (C) estelionato praticado pelo agente contra seu irmão, este com cinquenta e cinco anos de idade, somente se procederá mediante queixa.
  - (D) alteração de limites praticado pelo agente contra seu sobrinho, com quem coabita, este com cinquenta anos de idade, será isento de pena.
  - (E) extorsão praticado pelo agente contra seu pai, este com cinquenta e oito anos de idade, será isento de pena.
- 38.** Sobre os delitos de falsidade documental, é correto afirmar que
- (A) o cartão de crédito, embora possua natureza de documento particular, é equiparado, para tipificação penal, a documento público.
  - (B) o crime de Uso de Documento Falso admite a modalidade culposa.
  - (C) para os efeitos penais, equipara-se a documento público o testamento particular.
  - (D) o crime de Falsidade de Atestado Médico pode ser praticado por qualquer pessoa, ainda que sem o concurso necessário de um médico.
  - (E) para os efeitos penais, as ações de sociedade comercial são consideradas documentos particulares.
- 39.** “Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário”. O tipo transcrito configura a infração penal comum denominada
- (A) Advocacia Administrativa.
  - (B) Patrocínio Indébito.
  - (C) Tergiversação.
  - (D) Exploração de Prestígio.
  - (E) Patrocínio Infiel.

40. A Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, com suas alterações, tipifica como crimes hediondos
- (A) a lesão corporal gravíssima praticada contra policial militar no exercício da função e o tráfico internacional de drogas ilícitas.
  - (B) o estupro de vulnerável e o terrorismo.
  - (C) a lesão corporal seguida de morte contra guarda municipal no exercício da função e o racismo.
  - (D) a posse ilegal de arma de fogo de uso restrito e a exploração sexual de vulnerável.
  - (E) o latrocínio e a tortura.
41. Assinale a alternativa que contém os princípios constitucionais **explícitos** aplicáveis ao Direito Penal.
- (A) Da adequação social – da proporcionalidade – da intranscendência.
  - (B) Da dignidade da pessoa humana – da legalidade – da anterioridade legal.
  - (C) Da fragmentariedade – do *ne bis in idem* ou da vedação do duplo apenamento – da humanidade.
  - (D) Da culpabilidade – da Insignificância ou bagatela – da subsidiariedade.
  - (E) Da reserva legal – da alteridade ou transcendentalidade – da intervenção mínima.
42. No tocante à Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965 – Abuso de Autoridade, com suas alterações, é correto afirmar que
- (A) tal lei prevê responsabilidade criminal e civil ao infrator, mas deixa de atribuir responsabilidade administrativa, haja vista constituir matéria de normas disciplinares de cada órgão público.
  - (B) os crimes previstos são de ação penal pública, condicionada a representação do ministério público.
  - (C) para os efeitos da lei, é autoridade aquele que exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.
  - (D) a sanção penal poderá consistir em perda do cargo e inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo de até cinco anos.
  - (E) o acusado poderá ser condenado a deixar de exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de dois a cinco anos.
43. Dentre as atribuições institucionais da Autoridade Policial, assinale a alternativa correta.
- (A) Poderá mandar arquivar inquérito policial se o Ministério Público requisitar.
  - (B) Poderá determinar que o escrivão de polícia rubrique todas as peças reduzidas a escrito ou datilografadas no inquérito policial.
  - (C) Na prevenção e repressão aos crimes de tráfico de pessoas, se necessário, requisitar, mediante ordem judicial, que empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem os meios técnicos adequados que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito.
  - (D) Poderá requerer à Autoridade Judicial que proceda o reconhecimento de pessoas e coisas, bem como proceder a acareações.
  - (E) Poderá determinar a abertura de inquérito policial de ofício, com a ocorrência de qualquer infração penal.
44. Em relação às prisões, assinale a alternativa correta.
- (A) As pessoas presas provisoriamente ficarão separadas das que já estiverem definitivamente condenadas, ressalvada a impossibilidade da separação em despacho fundamentado da Autoridade Judiciária.
  - (B) Uma vez requerida a prisão temporária pela Autoridade Policial, antes de decidir o Juiz ouvirá o Ministério Público.
  - (C) O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, ficando impedido de decretá-la novamente.
  - (D) No caso de prisão em flagrante, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas, no prazo improrrogável de quarenta e oito horas a contar da lavratura do auto de prisão em flagrante.
  - (E) Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de 70 (setenta) anos.

45. Em relação ao acusado e seu defensor, é correto afirmar que
- (A) se não tiver defensor, ser-lhe-á nomeado um pelo juiz. Porém, o acusado, que não for pobre, será obrigado a pagar os honorários do defensor dativo, arbitrados pelo juiz.
  - (B) a constituição de defensor dependerá de instrumento de mandato, mesmo se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.
  - (C) o defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicado previamente ao juiz, sob pena de multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
  - (D) a impossibilidade de identificação do acusado com o seu verdadeiro nome ou outros qualificativos suspenderá a ação penal.
  - (E) se for nomeado defensor dativo ao acusado, este deverá seguir no processo até o final, não podendo ser constituído novo defensor.
46. A competência delimita o poder jurisdicional e será firmada, dentre outras formas,
- (A) territorialmente, em regra, pelo lugar da prática da infração.
  - (B) pela distribuição.
  - (C) tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, pelo lugar em que primeiro se praticou o ato.
  - (D) nos casos de exclusiva ação privada, o querelante deverá promover a ação no lugar em que a infração foi praticada.
  - (E) nos crimes praticados fora do território brasileiro, territorialmente, pelo local em que o acusado ingressar no território brasileiro vindo do país estrangeiro.
47. O *habeas corpus* é remédio constitucional, embora tenha previsão no Código de Processo Penal. Nesse sentido, prevê o Código de Processo Penal que
- (A) se a ordem de *habeas corpus* for concedida em favor do paciente preso, será expedido salvo-conduto assinado pelo juiz.
  - (B) se considerará ilegal a coação se o réu estiver preso no processo por mais de oitenta e um dias sem julgamento do feito.
  - (C) os juízes e os tribunais não podem expedir de ofício ordem de *habeas corpus*, ainda que, quando no curso de processo, verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal.
  - (D) o *habeas corpus* poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público.
  - (E) recebida a petição de *habeas corpus*, o juiz, se necessário, e estiver preso o paciente, mandará que lhe seja apresentado o paciente no prazo de 24 (vinte e quatro) a 48 (quarenta e oito) horas.
48. Sobre o inquérito policial, é correto afirmar que
- (A) se trata de um procedimento administrativo dispensável e disponível.
  - (B) uma vez arquivado, somente poderá ser desarquivado a requerimento do Ministério Público.
  - (C) não haverá inquérito policial nos casos de ação penal privada, devendo o ofendido ingressar diretamente com a queixa-crime em juízo.
  - (D) a Autoridade Policial deverá colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
  - (E) o prazo para seu encerramento será de 5 (cinco) dias quando o indiciado estiver preso, contados a partir de sua prisão e de 30 (trinta) dias quando o indiciado estiver solto ou quando não houver indiciado.
49. A interceptação telefônica (prevista na Lei nº 9.296/96) será considerada ilegal quando
- (A) determinada de ofício pela Autoridade Judiciária.
  - (B) o fato investigado for punido com pena de reclusão de até dois anos.
  - (C) para executá-la, a Autoridade Policial requisitar serviços e técnicos especializados às concessionárias de serviço público.
  - (D) a interceptação de comunicação telefônica ocorrer em autos apartados.
  - (E) a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.
50. A lei processual penal admite
- (A) interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
  - (B) interpretação restritiva, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
  - (C) aplicação analógica apenas *in bonam partem*.
  - (D) interpretação extensiva sem aplicação da analogia.
  - (E) aplicação em todo o território brasileiro, sem exceção.

51. Segundo o art. 25 do Código de Processo Penal, “a representação será irretroatável, depois de oferecida a denúncia”. Com isso, o legislador quis afirmar que

- (A) a Autoridade Policial não poderá representar pela decretação da prisão preventiva.
- (B) pedida a instauração de inquérito por parte da vítima, não poderá mais ser oferecida a representação.
- (C) após o Ministério Público oferecer a denúncia, a vítima não poderá desautorizar o Ministério Público a proceder com a ação penal.
- (D) a denúncia não poderá ser aditada.
- (E) a vítima não poderá ser representada pelo ascendente, descendente, cônjuge ou irmão após o oferecimento da denúncia.

52. Acerca da prisão em flagrante, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o réu, sendo perseguido, passar ao território de outro município ou comarca, o executor deverá pedir apoio da Autoridade Policial local para poder lhe efetuar a prisão.
- (B) Quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por duas testemunhas, que tenham ouvido sua leitura na presença deste.
- (C) O militar não poderá ser preso em flagrante delito e sim autuado e recolhido ao quartel da instituição a que pertencer.
- (D) Na falta ou no impedimento do escrivão, somente a Autoridade Policial poderá lavrar o auto.
- (E) Quando o fato for praticado em presença da Autoridade Policial, ou contra esta, no exercício de suas funções, outra Autoridade Policial deverá ser convocada para a autuação em flagrante.

53. Os crimes de responsabilidade dos funcionários públicos terão procedimento especial que contempla

- (A) nos crimes afiançáveis, a possibilidade de, oferecida a denúncia ou a queixa, o acusado oferecer resposta, por escrito, dentro do prazo de quinze dias.
- (B) a possibilidade de, oferecida a denúncia ou a queixa, o acusado oferecer resposta, por escrito, dentro do prazo de dez dias.
- (C) resposta por escrito, no prazo de quinze dias, sem a possibilidade de juntada de novos documentos.
- (D) se não for conhecida a residência do acusado, ou este se achar fora da jurisdição do juiz, a intimação por edital para do acusado para constituir defensor, para apresentar resposta preliminar, no prazo de quinze dias, sob pena de preclusão.
- (E) afastamento imediato das funções.

54. Considerando a relação do Ministério Público e a Autoridade Policial, assinale a alternativa correta.

- (A) A Autoridade fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará autos ao Promotor de Justiça com atribuição para o caso.
- (B) Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a Autoridade poderá requerer ao Ministério Público a devolução dos autos, para ulteriores diligências.
- (C) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pelo Ministério Público, por falta de base para a denúncia, a Autoridade Policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- (D) Incumbirá ainda à Autoridade Policial fornecer ao Ministério Público as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos.
- (E) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à Autoridade Policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

#### LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

55. Considere o seguinte caso hipotético: Durante a festa de aniversário de 15 (quinze) anos da adolescente “X”, seu pai lhe serve uma taça de vinho (bebida alcoólica). É correto afirmar que a conduta do pai

- (A) configura um crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo possível a aplicação da Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais).
- (B) configura uma contravenção penal, sendo possível a aplicação da Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais).
- (C) configura um crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, não sendo possível a aplicação da Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais).
- (D) configura uma contravenção penal, não sendo possível a aplicação da Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais).
- (E) não configura qualquer crime ou contravenção, pois encontra alicerce na possibilidade do perdão judicial.

- 56.** Nos termos da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), é correto afirmar que
- (A) mesmo não sendo considerado um direito, o envelhecimento exige proteção social.
  - (B) dentre os idosos, é assegurada prioridade especial aos maiores de oitenta anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos.
  - (C) aos maiores de 60 (sessenta) anos, fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos.
  - (D) é vedada, em qualquer hipótese, a discriminação e a fixação de limite máximo de idade nos concursos públicos.
  - (E) constitui crime punível com detenção obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade.
- 57.** Nos termos da Lei nº 9.296/1996 (Interceptação Telefônica), são, entre outros, requisitos legais da interceptação de comunicação telefônica:
- (A) autorização de um juiz de direito, quando houver provas suficientes de autoria ou participação em crime apenado com reclusão, quando não existir outro meio disponível para se produzir a prova, objetivando instruir investigação policial ou processo criminal.
  - (B) autorização do juiz a quem compete a ação principal, quando houver indícios razoáveis de que o sujeito concorreu para a prática do crime, seja como autor ou partícipe, quando não existir outro meio disponível para se produzir a prova, nas infrações penais punidas com detenção ou reclusão, objetivando instruir investigação policial ou processo criminal.
  - (C) autorização de um juiz de direito, quando houver indícios razoáveis de que o sujeito concorreu para a prática do crime, seja como autor ou partícipe, quando não existir outro meio disponível para se produzir a prova, nas infrações penais punidas com detenção ou reclusão, objetivando instruir investigação policial ou processo criminal.
  - (D) autorização do juiz a quem compete a ação principal, quando houver indícios razoáveis de que o sujeito concorreu para a prática do crime, seja como autor ou partícipe, quando não existir outro meio disponível para se produzir a prova, nas infrações penais punidas com reclusão, objetivando instruir investigação policial ou processo criminal.
  - (E) autorização do juiz a quem compete a ação principal, quando houver provas suficiente de autoria ou participação em crime apenado com reclusão, quando não existir outro meio disponível para se produzir a prova, nas infrações penais punidas com reclusão, objetivando instruir investigação policial ou processo criminal.
- 58.** Nos termos da Lei nº 7.492/1986 (Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional), é correto afirmar que
- (A) gerir fraudulentamente instituição financeira é considerado um crime apenado com detenção.
  - (B) se equipara à instituição financeira apenas a pessoa natural que capte ou administre seguros, câmbio, consórcio, capitalização ou qualquer tipo de poupança, ou recursos de terceiros.
  - (C) a legislação contempla apenas crimes apenados com reclusão e para alguns também cumulativamente a pena de multa.
  - (D) o sigilo dos serviços e operações financeiras poderá ser invocado como óbice ao não atendimento de requisições do Ministério Público Federal.
  - (E) se atribuir, ou atribuir a terceiro, falsa identidade, para realização de operação de câmbio trata-se do único crime previsto na legislação apenado com detenção.
- 59.** No Brasil, depois de intensos debates, foi publicada a Lei nº 12.258/2010 alterando a Lei nº 7.210/1984 (Lei de execução penal), prevendo a possibilidade de fiscalização do condenado, por meio da monitoração eletrônica, entre outras, na seguinte hipótese:
- (A) Autorizar a saída temporária no regime semiaberto.
  - (B) Aplicar pena restritiva de liberdade a ser cumprida no regime aberto.
  - (C) Conceder livramento condicional.
  - (D) Aplicar pena restritiva de liberdade a ser cumprida no regime semiaberto.
  - (E) Conceder suspensão condicional da pena.
- 60.** Com relação à Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais), é correto afirmar que
- (A) a competência do Juizado será determinada pelo domicílio ou residência do réu.
  - (B) não se admitirá a transação penal se ficar comprovado ter sido o autor da infração condenado, pela prática de contravenção penal, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.
  - (C) a suspensão condicional do processo poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.
  - (D) da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá agravo, que poderá ser julgado por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.
  - (E) a composição dos danos civis será reduzida a escrito, homologada pelo Juiz mediante sentença recorrível, por meio de agravo, e terá eficácia de título a ser executado no mesmo juízo.

61. Com relação à competência do Juizado Especial Federal prevista na Lei nº 10.259/2001 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal), é correto afirmar que
- (A) compete processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de quarenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.
  - (B) se incluem na competência as causas sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais.
  - (C) no foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é relativa.
  - (D) se incluem na competência as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis.
  - (E) quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor de sessenta salários mínimos.
62. É correto afirmar que a Lei nº 8.137/1990 (Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e outras relações de consumo) descreve
- (A) a punição autônoma da pessoa jurídica por delito tributário que, em benefício da empresa e em prejuízo ao erário, sonega tributos ou contribuições sociais.
  - (B) hipótese de delação premiada, apenas para os crimes cometidos em quadrilha e apenados com reclusão.
  - (C) apenas a competência da Justiça Federal para julgamento de todos os crimes.
  - (D) que no crime de formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes, visando à fixação artificial de preços a pena poderá ser convertida em multa.
  - (E) hipóteses de crimes de ação penal privada apenados com detenção e que permitem a delação premiada.
63. Considere o seguinte caso hipotético: o fornecedor de um determinado produto faz afirmação falsa ou omite informação relevante sobre a sua natureza, característica e qualidade. É correto afirmar que
- (A) independentemente de ser dolosa ou culposa a conduta, a infração penal é de menor potencial ofensivo.
  - (B) sendo culposa a conduta do fornecedor, o fato será atípico.
  - (C) somente será considerado crime contra a relação de consumo se a conduta for dolosa e houver representação do consumidor.
  - (D) o fornecedor cometeu um crime doloso contra a relação de consumo, apenado com reclusão.
  - (E) a pena aplicável à conduta é de multa e a ação penal dependerá de representação do consumidor.
64. Considere a seguinte conduta de um servidor público: receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado. Nos termos da Lei nº 8.429/1992 (Enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional), é correto afirmar que
- (A) a conduta descrita é considerada um ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, sujeitando o responsável pelo ato, entre outras sanções, ao pagamento de multa civil de até duas vezes o valor da vantagem.
  - (B) a conduta descrita é considerada um ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, sujeitando o responsável, entre outras sanções, à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, assim como à perda da função pública.
  - (C) a conduta descrita é considerada um crime de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito e prejuízo ao erário, sujeitando o responsável, entre outras sanções, à pena de detenção.
  - (D) para que a conduta descrita seja considerada um ato de improbidade, há necessidade de se provar que a omissão do ato causou prejuízo ao erário e, não sendo possível, restará apenas a responsabilidade civil.
  - (E) a conduta descrita é considerada um ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito e prejuízo ao erário, sujeitando o responsável pelo ato ao pagamento de multa civil de até seis vezes o valor da vantagem.
65. Considere o seguinte caso hipotético: uma pessoa comete um crime comum e, para não ser presa, procura asilo em outro país. No que concerne ao referido caso, é correto afirmar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos
- (A) contempla que todo país-membro da ONU é obrigado a acolher todo ser humano que comprove a perseguição por crime comum, desde que conexo a um crime político, comunicando ao país de origem.
  - (B) não contempla qualquer dispositivo sobre pessoas que estão sendo vítimas de perseguição e procuram asilo em outros países, estando o fato contemplado em acordo internacional específico.
  - (C) contempla que todo ser humano, vítima de perseguição ou não, em qualquer hipótese, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, mesmo quando legitimamente perseguido pela prática de crime comum.
  - (D) contempla que todo país-membro da ONU é obrigado a acolher todo ser humano, vítima de perseguição ou não, em qualquer hipótese, sendo apenas necessário informar o país de origem para início do processo de extradição.
  - (E) contempla que todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, porém esse direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes comuns.

66. É correto afirmar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos consigna que
- (A) ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.
  - (B) é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
  - (C) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo.
  - (D) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular.
  - (E) a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

### NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

67. A respeito dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.
- (A) Há hierarquia entre os direitos fundamentais, estando o grau de importância definido a partir da posição topográfica do direito na Constituição Federal.
  - (B) A teoria dos limites imanentes, também conhecida como teoria interna, admite que os direitos fundamentais possam sofrer restrições externas.
  - (C) A teoria externa defende que a restrição a um direito fundamental influencia o próprio conteúdo do direito, razão pela qual não admite a possibilidade de sua restrição.
  - (D) No Brasil, assim como em Portugal e na Alemanha, há previsão constitucional expressa a respeito dos limites aos limites dos direitos fundamentais.
  - (E) Os direitos fundamentais podem ser restringidos por atos normativos infraconstitucionais, desde que seja respeitado o seu núcleo essencial.
68. A respeito da organização do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta.
- (A) Como consequência do princípio federativo, União, Estados, Distrito-Federal e Municípios gozam de soberania.
  - (B) Na definição das competências constitucionais, à União e aos Estados foram delegadas competências taxativas, ficando reservadas aos Municípios competências residuais.
  - (C) A União pode delegar aos Municípios competências para legislar sobre questões específicas.
  - (D) A competência privativa é atribuída a uma entidade federada com exclusão de todas as demais, com possibilidade de delegação.
  - (E) O Território Federal, caso criado, possuirá *status* de ente federado, podendo possuir representação no Congresso Nacional.

69. A consulta realizada posteriormente à edição de ato legislativo ou administrativo, com o intuito de ratificá-lo ou rejeitá-lo, é conceituada como
- (A) audiência pública.
  - (B) referendo.
  - (C) consulta pública.
  - (D) plebiscito.
  - (E) iniciativa popular.
70. Sobre os Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que
- (A) a cidadania representa um *status* e apresenta-se simultaneamente como objeto e um direito fundamental.
  - (B) o conceito normativo de cidadania sofreu uma ampliação após a Segunda Guerra, mas ainda não se expressa por outros meios além da política.
  - (C) a soberania é una, divisível, inalienável e imprescritível. Pode-se dividir a soberania em três: externa, interna e imanente.
  - (D) o princípio democrático, considerado como princípio normativo multiforme, implica na imposição do dever de exercício do direito de sufrágio por todos os cidadãos.
  - (E) o pluralismo político implica na possibilidade de recebimento de recursos financeiros de pessoas físicas e de entidades estrangeiras.
71. A Constituição de 1988 inovou ao elevar a dignidade da pessoa humana a fundamento da República Federativa Brasileira. Considerando a importância dada pelo constituinte originário ao metaprincípio da dignidade da pessoa humana, assinale a alternativa correta.
- (A) O respeito à dignidade humana não inibe diretamente que o Estado possa utilizar algum indivíduo como instrumento para a persecução de um fim maior.
  - (B) A dignidade da pessoa humana não pode, em regra, ser utilizada como critério de interpretação e aplicação do direito constitucional.
  - (C) Um dos parâmetros mínimos de aferição da dignidade humana é o direito ao reconhecimento, como necessidade de respeitar as identidades particulares.
  - (D) A dimensão prestacional da dignidade humana constitui o fundamento de direitos fundamentais contra atos que a violem ou a exponham a ameaças e riscos.
  - (E) Um direito apenas será fundamental na perspectiva da ordem constitucional brasileira se e na medida em que tiver um conteúdo determinado em dignidade.

- 72.** A respeito do regime constitucional da segurança pública, assinale a alternativa correta.
- (A) Às polícias civis incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais militares.
  - (B) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública e a execução de atividades de defesa civil.
  - (C) As polícias militares, as forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
  - (D) À Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal compete exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
  - (E) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços, instalações e à proteção da ordem pública.
- 73.** Beltrano, detento, condenado a 20 anos de reclusão por crime de latrocínio, ajuizou ação ordinária requerendo o pagamento de indenização por dano moral causado pelas ilegítimas e sub-humanas condições a que está submetido no cumprimento de pena em estabelecimento prisional. Considerando a situação hipotética apresentada e o recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.
- (A) O pleito de Beltrano será julgado improcedente, pois diante do princípio da igualdade, se ao autor fossem concedidos os danos morais, todos os outros detentos deveriam também ser indenizados.
  - (B) Não obstante os direitos constitucionais que Beltrano possui, o pleito será julgado improcedente, pois as prestações positivas por parte do Estado no sistema carcerário devem respeitar os limites financeiros disponíveis.
  - (C) Ainda que não tenha sido assegurado o mínimo existencial a Beltrano, aplica-se a teoria da reserva do possível, o que justificará a improcedência do pedido.
  - (D) Beltrano receberá indenização por danos materiais se comprovar danos à sua incolumidade física, mas não aos danos morais, pois a indenização não teria alcance para eliminar o grave problema prisional globalmente considerado.
  - (E) Considerando que é dever do Estado manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade a obrigação de ressarcir os danos morais de Beltrano.
- 74.** O direito à proteção especial dada à criança, ao adolescente e ao jovem, previsto no art. 227, § 3º, da Constituição Federal, abrangerá
- (A) a obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade.
  - (B) programas de repressão ao uso de drogas direcionados à criança, ao adolescente e ao jovem dependente, que serão atendidos em conjunto com adultos dependentes de entorpecentes.
  - (C) garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional e garantia de defesa técnica por profissional habilitado, mas ainda não há igualdade na relação processual.
  - (D) garantia de direitos previdenciários e trabalhistas, e garantia de acesso do trabalhador infantil à educação infantil e ao ensino fundamental.
  - (E) estímulo do Poder Público, por meio de incentivos fiscais, ao acolhimento, sob a forma de liberdade assistida, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.
- 75.** A respeito dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.
- (A) A inviolabilidade do domicílio não se estende a escritórios de acesso restrito.
  - (B) Em cumprimento à ordem judicial, o acesso a domicílio, mesmo sem consentimento do morador, pode ocorrer à noite.
  - (C) O exercício do direito de reunião em lugares públicos, para ser regular, está condicionado a prévio aviso à autoridade competente.
  - (D) Associação criada para finalidades lícitas, caso desvirtuada, pode ter suas atividades suspensas por decisão de autoridade policial.
  - (E) A prática do racismo constitui crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

**76.** Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe

- (A) zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência.
- (B) elaborar relatório semestral, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho.
- (C) elaborar a cada trimestre relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário.
- (D) rever, de ofício, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de cinco anos.
- (E) apreciar, apenas mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los e revê-los.

**77.** Sobre a inviolabilidade da correspondência e o sigilo das comunicações, é correto afirmar que

- (A) a administração penitenciária, ainda que com fundamento em razões de segurança pública, não pode proceder a interceptação da correspondência remetida pelos sentenciados, tendo em vista a cláusula tutelar da inviolabilidade do sigilo epistolar.
- (B) a proteção a que se refere o art. 5º, XII, da Constituição Federal, é da comunicação “de dados” e não dos “dados em si mesmos”, ainda quando armazenados em computador.
- (C) o Ministério Público possui a faculdade de diretamente quebrar o sigilo bancário, tendo em vista ser titular para o ajuizamento da ação penal.
- (D) os agentes fiscais tributários da União podem, em regra, requisitar diretamente das instituições financeiras informações sobre as movimentações bancárias dos contribuintes.
- (E) o Tribunal de Contas da União está autorizado a decretar a quebra de sigilo bancário e empresarial de terceiros, medida cautelar que em tal hipótese não está condicionada à anuência do Poder Judiciário.

**78.** Compete ao Tribunal de Contas da União

- (A) apreciar as contas prestadas pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento.
- (B) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe apenas diretamente.
- (C) sustar qualquer ato quando constatada a ilegalidade, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- (D) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
- (E) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta, incluídas as nomeações para cargo de provimento em comissão.

#### **NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

**79.** A gestão, direção e o planejamento das atividades das organizações

- (A) são exclusivas da Administração de Empresas.
- (B) são exclusivas do Chefe do Poder Executivo e expressão da sua função política.
- (C) são exercidas pela Administração Pública e expressam a função administrativa.
- (D) públicas são exercidas pela sociedade de forma indireta, por meio de seus representantes eleitos pelo voto direto e aberto.
- (E) públicas são exercidas pela sociedade de forma indireta, por meio do orçamento participativo.

**80.** Pessoas jurídicas de direito privado cuja criação é autorizada por lei para prestação de serviço público ou para exploração de atividade econômica são

- (A) fundações ou autarquias fundacionais.
- (B) consórcios públicos.
- (C) serviços sociais autônomos.
- (D) empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (E) agências executivas.

- 81.** Constitui exercício de poder hierárquico da Administração Pública
- (A) delegar e avocar atribuições não privativas do superior ou do subordinado.
  - (B) criar obrigações para os particulares independentemente de sua vontade.
  - (C) apreender bens em comércio com prazo de validade vencido.
  - (D) aplicar multa ao prestador de serviço terceirizado pelo descumprimento de cláusula de contrato administrativo.
  - (E) fiscalizar as atividades de pessoas jurídicas exploradoras de atividade econômica de risco para a sociedade.
- 82.** Sobre a apuração de infração administrativa praticada por agente público e aplicação de sanção disciplinar, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.112/1990 e alterações posteriores, é correto afirmar que
- (A) é possível aplicar o princípio da verdade sabida quando o superior hierárquico tiver conhecimento pessoal e direto da infração.
  - (B) na portaria ou ato de instauração do processo administrativo punitivo, a descrição da conduta poderá ser genérica, permitindo que a escolha do enquadramento de cada caso concreto se dê no momento da decisão da autoridade competente.
  - (C) diante da notícia de infração praticada por subordinado, a autoridade competente, no exercício de sua competência discricionária, decidirá se instaura ou não processo administrativo com vistas à apuração dos fatos noticiados.
  - (D) diante da notícia de infração praticada por superior hierárquico, o subordinado deverá, no exercício de competência vinculada, representar para o Chefe do Poder Executivo para designação de Comissão externa independente para apuração dos fatos e circunstâncias da infração.
  - (E) para fins de dosimetria da penalidade a ser aplicada, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.
- 83.** Cabe ao prejudicado fazer prova de que a Administração Pública praticou ato em desconformidade com a lei e com a verdade dos fatos porque
- (A) vige, no ordenamento jurídico brasileiro, o princípio da supremacia da Administração Pública sobre o interesse particular.
  - (B) de acordo com o princípio da impessoalidade e a isonomia, a Administração Pública não pode praticar ato concreto que prejudique apenas um administrado ou um grupo específico de pessoas.
  - (C) os atos administrativos gozam de presunção relativa de legitimidade e veracidade.
  - (D) se presume que os atos administrativos têm liquidez, certeza e exigibilidade.
  - (E) vige, no ordenamento jurídico brasileiro, o princípio da eficiência, segundo o qual os atos administrativos devem ser aplicados imediatamente para garantia de maior efetividade e coercibilidade.
- 84.** No exercício da atividade de controle interno, a Administração Pública pode
- (A) anular, de ofício, atos administrativos por ela praticados, segundo critérios de conveniência e oportunidade.
  - (B) revogar, de ofício ou mediante provocação, atos administrativos por ela praticados, segundo critérios de legalidade e constitucionalidade.
  - (C) anular, de ofício, apenas os atos vinculados.
  - (D) revogar, de ofício ou mediante provocação, apenas os atos vinculados.
  - (E) rever, de ofício ou mediante provocação, os atos administrativos por ela praticados.
- 85.** A respeito dos atos decorrentes do exercício do poder de polícia, é correto afirmar que
- (A) a licença constitui ato administrativo discricionário e possui caráter definitivo por corresponder a direito subjetivo, quando deferida.
  - (B) polícia judiciária é, em regra, atividade de caráter repressivo, de competência da polícia civil.
  - (C) polícia administrativa é atividade de caráter eminentemente preventivo, exercida privativamente pelo Poder Executivo, exceto polícias civil, militar e federal.
  - (D) a autorização constitui ato administrativo vinculado e possui caráter precário por corresponder a interesse individual, quando deferida.
  - (E) por caracterizarem atividade exclusiva de Governo, não podem ser objeto de delegação, nem suas etapas preparatórias ou subsequentes.

- 86.** A respeito dos agentes administrativos, é correto afirmar que, de acordo com a Constituição Federal,
- (A) não existem cargos de provimento vitalício no Brasil.
  - (B) o servidor estável só pode ser desligado por decisão judicial definitiva que reconheça a prática de infração disciplinar de natureza grave.
  - (C) aos militares é assegurado o direito à livre associação sindical, porém é vedado o direito à greve.
  - (D) os integrantes das carreiras policiais serão obrigatoriamente remunerados por subsídios.
  - (E) é vedada a acumulação de cargo, emprego ou função pública com mandatos de Prefeito ou Vereador, sem exceções.
- 87.** Servidor público que revelar fato de que tenha ciência em razão do cargo e que deveria manter em segredo, responderá, no âmbito administrativo,
- (A) pela prática de infração disciplinar, sujeitando-se à pena de demissão como efeito da condenação judicial transitada em julgado.
  - (B) pela prática de infração disciplinar e ato de improbidade administrativa, sujeitando-se, à pena de demissão.
  - (C) pela prática de infração disciplinar e ato de improbidade administrativa, sujeitando-se à sanção administrativa de perda do cargo público.
  - (D) pela prática de ato de improbidade administrativa, cuja penalidade alcança as esferas disciplinar, civil e criminal.
  - (E) pela prática de infração disciplinar, sujeitando-se à pena de advertência ou suspensão por até 90 (noventa) dias.
- 88.** A respeito do uso do poder pelo agente público, é correto afirmar que
- (A) no exercício de sua função, poderá, motivadamente, renunciar ao uso de poderes outorgados por lei.
  - (B) é imune a controle externo porque sua intensidade decorre de competência discricionária.
  - (C) ato praticado com excesso de poder não pode ser convalidado porque o vício é, no caso, insanável.
  - (D) o desvio de finalidade constitui uma forma de abuso de poder.
  - (E) a prática de ato por autoridade incompetente caracteriza abuso de poder e desvio de finalidade, acarretando nulidade absoluta do ato administrativo.
- 89.** Na hipótese de o Tribunal de Contas verificar, em fiscalização, que houve transferência de recursos públicos a organização da sociedade civil por meio de parceria com a Administração Pública sem observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis, a autoridade responsável pelo repasse responderá por ato de improbidade administrativa
- (A) que causa prejuízo ao erário.
  - (B) que importa enriquecimento ilícito.
  - (C) que atenta contra os princípios da Administração Pública.
  - (D) decorrente de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro.
  - (E) que atenta contra o Estado Democrático de Direito.
- 90.** O ato administrativo viciado do qual não decorra prejuízo ao interesse público, ao interessado, tampouco a terceiros de boa-fé
- (A) deverá ser anulado pela própria Administração Pública, no prazo de até 5 (cinco) anos contados da data da publicação do ato.
  - (B) deverá ser invalidado pelo Poder Judiciário, mediante processo em que se assegure ampla defesa e contraditório, observado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos.
  - (C) poderá ser convalidado pela Administração Pública.
  - (D) poderá ser impugnado pelo Ministério Público por meio de Ação Civil Pública por desvio de finalidade.
  - (E) poderá ser objeto de Ação Popular, ajuizada por qualquer cidadão, por abuso de poder e usurpação de competência.

91. A viabilidade financeira do projeto de uma microempresa leva em consideração dados históricos de projetos semelhantes. A tabela a seguir mostra a distribuição de probabilidade do VPL – Valor Presente Líquido (valores em milhões de reais).

V P L	PROBABILIDADE
$-5 \leq x \leq 1$	20%
$1 \leq x \leq 5$	60%
$5 \leq x \leq 15$	20%

Utilizando os dados históricos mencionados, o valor esperado para o VPL da microempresa, em milhões de reais, é

- (A) 4,8.  
 (B) 4.  
 (C) 3,4.  
 (D) 2,8.  
 (E) 1,8.
92. Uma loja utiliza um questionário para avaliar a qualidade do atendimento. A qualidade é classificada como Ótima (O), Boa (B), Regular (R) e Fraca (F). Os resultados do questionário estão na tabela de frequências a seguir, na qual foram observadas 50 respostas.

AVALIAÇÃO	FREQUÊNCIA
O (ótima)	8
B (boa)	25
R (regular)	12
F (fraca)	5
<b>Total</b>	<b>50</b>

Conclui-se, portanto, que

- (A) 20% das pessoas acharam fraca.  
 (B) menos de 20% das pessoas acharam fraca ou regular.  
 (C) mais da metade das pessoas acharam ótima ou boa.  
 (D) 12% das pessoas acharam regular.  
 (E) 33% das pessoas acharam ótima ou boa.
93. Nos últimos 8 meses, as vendas de uma loja estão representadas pelos números na tabela a seguir.

13	8	13	12	9	10	7	16
----	---	----	----	---	----	---	----

O valor da variância populacional desse conjunto de vendas é de:

- (A) 6.  
 (B) 8.  
 (C) 10.  
 (D) 12.  
 (E) 14.

94. O gerente de um hospital obteve em uma amostra de 200 pacientes a seguinte distribuição, referente ao tempo de internamento em número de dias dos doentes no hospital.

DIAS DE INTERNAÇÃO	NÚMERO DE DOENTES
0–5	100
5–10	40
10–20	30
20–30	20
30–50	10

A soma do número médio mais o número que mede a mediana dos dias é de aproximadamente:

- (A) 14,5.  
(B) 12,5.  
(C) 12.  
(D) 10,5.  
(E) 9,5.
95. Dois jogadores, A e B, disputam um jogo de cara ou coroa, com 50% de chance de cada um acertar. Eles estão apostando um certo valor e será considerado vencedor o primeiro que tiver cinco acertos. Em um determinado instante, o jogo precisou ser interrompido, e, nesse momento, o jogador A tinha três acertos, faltando apenas dois para ganhar, enquanto o jogador B tinha apenas dois acertos, faltando três para ganhar. Sugeriu-se dividir o valor apostado de maneira proporcional à chance de cada um se sagrar vencedor, caso o jogo continuasse até o final. Então, a probabilidade de A ganhar, se continuasse o jogo, é de:

- (A)  $\frac{3}{5}$   
(B)  $\frac{3}{4}$   
(C)  $\frac{9}{16}$   
(D)  $\frac{11}{16}$   
(E)  $\frac{19}{32}$

- 96.** Em relação às características do documento arquivístico, é correto afirmar que
- (A) a organicidade, denominada também exclusividade, é a relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora.
  - (B) a fixidez assegura a forma fixa e o conteúdo estável do documento garantindo que este tenha a mesma aparência e que informações e dados permaneçam imutáveis.
  - (C) a naturalidade refere-se à forma como o acervo de documentos é coletado, selecionado e construído de acordo com os interesses da instituição.
  - (D) a unicidade relaciona-se ao controle do processo de criação, manutenção e custódia, evitando alteração não autorizada e a identificação da autoria de qualquer modificação realizada.
  - (E) a autenticidade é a característica do documento em seu aspecto físico, quando não deve possuir duplicata ou a informação contida nele não poderia estar também em outro documento.
- 97.** Na legislação arquivística brasileira, a definição de arquivos como “os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos” encontra-se
- (A) na Lei nº 6.546, de 4 de junho de 1978.
  - (B) no Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978.
  - (C) na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.
  - (D) no Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002.
  - (E) na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
- 98.** Em relação ao arquivamento e à ordenação de documentos de arquivo, é correto afirmar que
- (A) método de arquivamento é a sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido.
  - (B) arranjo é a sequência de operações que determina a disposição dos documentos de um arquivo ou coleção, uns em relação aos outros, e a identificação de cada unidade.
  - (C) nível de arranjo refere-se à posição dos documentos em uma estrutura alfabética de arranjo.
  - (D) sistema de arranjo refere-se ao conjunto de procedimentos técnicos combinados que norteiam a organização dos documentos, tendo em vista a recuperação da informação de um ou mais fundos e/ou coleções.
  - (E) quadro de arranjo é a expressão adotada em arquivos correntes para o esquema estabelecido para o arranjo dos documentos, a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo.

- 99.** Sobre a classificação de documentos de arquivo para a administração pública nas atividades-meio proposta pelo Conselho Nacional de Arquivos, é correto afirmar que
- (A) é um instrumento utilizado para classificar de forma seletiva e por assunto documentos produzidos ou recebidos por um órgão no exercício de suas funções e atividades, com o objetivo de agrupá-los cronologicamente para recuperar e facilitar as tarefas arquivísticas de avaliação, eliminação, transferência e recolhimento.
  - (B) as funções, atividades, espécies e tipos documentais genericamente denominados itens encontram-se alfabeticamente distribuídos de acordo com as funções e atividades desempenhadas pelo órgão.
  - (C) os assuntos recebem códigos alfanuméricos que refletem a estrutura funcional do órgão, definida através de classes, subclasses, grupos e subgrupos, partindo-se sempre do particular para o geral.
  - (D) ela possui um índice, instrumento auxiliar à classificação, no qual os assuntos são ordenados numericamente e remetidos ao código alfabético correspondente.
  - (E) ela possui duas classes comuns a todos os seus órgãos: a classe referente aos assuntos de Administração Geral e a classe correspondente a Assuntos Diversos; as demais classes destinam-se aos assuntos relativos às atividades-fim do órgão.
- 100.** Na preservação e digitalização de documentos arquivísticos, de acordo com resoluções e recomendações do Conselho Nacional de Arquivos,
- (A) a microfilmagem dos documentos, realizada dentro dos padrões e normas internacionais, deve adotar em seu processo os símbolos constantes da ISO 9878/1990, e o roteiro de sinaléticas.
  - (B) o processo de captura digital para conversão em imagem não representa riscos ao documento original, desde que os metadados técnicos sejam encapsulados ao próprio objeto digital ou armazenados em um banco de dados.
  - (C) a resolução linear de captura digital de imagem, quando elevada, aumenta a possibilidade de representar detalhes do documento original, determinada pelo número de pixels e expressa em pontos por polegada (ppi) ou pixels por polegada (dpi).
  - (D) a compressão de formato de imagem digital é um recurso amplamente utilizado para o armazenamento, e a transmissão de dados exige um formato descomprimido para evitar a perda de qualidade da imagem digital em relação ao original na escala 2:1.
  - (E) o formato mais utilizado para os representantes digitais matrizes é o TIFF com elevada definição e intercâmbio entre plataformas, seguido pelo PNG que utiliza compressão com perdas e é padronizado pela ISO/IEC 15444-1:2000, sendo também utilizados o JPEG e o PDF/A.





SAEB1704



03005001



## GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SAEB

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA – PC/BA

CONCURSO PÚBLICO

### 005. PROVA DISCURSIVA

#### ESCRIVÃO DE POLÍCIA

- ◆ Você recebeu este caderno contendo 2 questões dissertativas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Assine apenas no local indicado na capa; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no corpo deste caderno, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à prova.
- ◆ É vedado, em qualquer parte do material recebido, o uso de corretor de texto, de caneta marca-texto ou de qualquer outro material similar.
- ◆ Redija os textos definitivos com caneta esferográfica de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e discursiva é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição dos textos definitivos.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova, entregando ao fiscal o caderno de questões objetivas, a folha de respostas, este caderno e o rascunho do gabarito.
- ◆ Após transcorridas 4 horas e 30 minutos do início da prova ou ao seu final, você entregará ao fiscal o caderno de questões objetivas, a folha de respostas e este caderno, e poderá, neste caso, levar o rascunho do gabarito localizado em sua carteira.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

USO EXCLUSIVO DO FISCAL

AUSENTE

Assinatura do candidato



SAEB1704



03005002

**NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA**



SAEB1704



03005003



## **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SAEB

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA – PC/BA

CONCURSO PÚBLICO

### **005. PROVA DISCURSIVA**

ESCRIVÃO DE POLÍCIA

**NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA**



SAEB1704

### QUESTÃO 1



03005004

Interceptação telefônica: Diferencie a escuta telefônica da gravação clandestina, comentando sobre **(i)** a necessidade da autorização judicial) e **(ii)** a necessidade da degravação integral do conteúdo da interceptação telefônica; **(iii)** explique e/ou exemplifique uma hipótese de serendipidade.

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

EM HIPÓTESE ALGUMA ESCREVA NAS LATERAIS DESTA PÁGINA

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**









SAEB1704



03005008